

A CONSTRUÇÃO DA POLÍTICA PÚBLICA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DO CAMPO EM MIRADOURO – MG

Miriam Cristina Schmidt Priebe – UFV
Dileno Dustan Lucas de Souza – UFJF
e-mail: ddustan@ufv.br
Ana Lucia Ferreira Faria – UFV
e-mail: annaluciafaria@hotmail.com
CAPES/REUNI

Eixo 4: ‘Organização do trabalho pedagógico’ nas escolas públicas na Educação Básica (projeto político pedagógico, gestão, currículo, avaliação, cultura, políticas de acesso e permanência).

Resumo: O presente artigo trata da política pública municipal de Educação do Campo que tem sido implantada no município de Miradouro – MG. O objetivo central da pesquisa foi identificar e problematizar a participação das famílias dos educandos na construção dessa política. Buscamos saber se ela considera os sujeitos do campo como protagonistas nesse processo e se essa construção pode ser caracterizada como uma experiência democrática de escola. A investigação seguiu uma abordagem qualitativa e utilizou como instrumento a entrevista semi-estruturada com três pais e quatro mães de educandos de diferentes escolas do município. Para selecionar esses sujeitos utilizamos a amostra intencional, a partir da indicação dos educadores da escola daqueles pais e mães que efetivamente participam da vida escolar dos filhos. Compartilhamos da concepção de Educação do Campo como uma construção coletiva dos movimentos sociais do campo, e por isso mais ampla que a escola. Pois, envolve questões estruturais de acesso e condições de permanência dos sujeitos no campo, onde produzem a sua vida e cultura. Como resultados da pesquisa observamos que há uma expressiva participação dos familiares na escola, no entanto, grande parte deles participa apenas para resolver questões de disciplina e aprendizado dos educandos. Sobre as questões relacionadas a organização administrativa da escola e as questões pedagógicas a participação pode ser caracterizada como uma consulta para aprovação ou reprovação daquilo que já está sendo posto como proposta pela equipe diretiva da escola. Dessa forma entendemos que existe participação dos familiares na vida escolar dos educandos, e isso se deve em grande parte pela localização da escola próxima as comunidades e povoados, bem como pela valorização que atribuem à instituição escolar. Por outro lado, essa participação precisa avançar no sentido de produzir uma experiência de construção coletiva de um projeto de escola e de Educação do Campo.

Palavras – Chave: Educação do Campo – política pública – participação popular.

Introdução

O presente artigo trata da política pública municipal de Educação do Campo que tem sido implantada no município de Miradouro, localizado na Zona da Mata Mineira¹.

¹ O município de Miradouro (MG) fica localizado na Zona da Mata Mineira, no bioma da Mata Atlântica, a 359 km de Belo Horizonte. Possui uma população 10.251 pessoas, destes são 4.580 da zona rural. Seu território é de 301,672km², com uma distribuição demográfica de 33,98 habitantes por km². A agricultura familiar é uma das principais atividades econômicas do município (IBGE, 2011).

Esse município possui características rurais, com uma população de 44,68% de pessoas que produzem sua vida no campo². Mesmo as atividades econômicas que ocorrem na região central do município giram em torno das atividades agrícolas e agropecuárias. As atividades culturais e o lazer também envolvem constantemente os moradores da zona urbana com os moradores do campo.

Compartilhamos da concepção de Educação do Campo como uma construção coletiva dos movimentos sociais, e por isso mais ampla que a escola. Ribeiro (2010) diz que a Educação do Campo faz uma crítica à educação que é reduzida a escola e ao tempo da escola, mas, não nega a importância dessa instituição. Nem deixa de reconhecer a importância da escola pública como um direito dos trabalhadores do campo e da cidade. A escola pública moderna, não é apenas um projeto da burguesia, mas é também uma conquista dos movimentos operários e revolucionários que se estenderam ao longo dos séculos XIX e XX.

A Educação do Campo envolve questões estruturais de acesso e condições de permanência dos sujeitos no campo, onde produzem a sua vida e cultura. Traz por isso um desafio para o pensamento educacional: entender os processos educativos na sua diversidade de dimensões, que os constituem enquanto processos sociais, políticos e culturais, formadores do ser humano e da própria sociedade (ARROYO; CALDART; MOLINA, 2008).

O objetivo central da pesquisa foi identificar e problematizar a participação das famílias dos educandos na construção dessa política. Partilhamos da concepção de Educação do Campo que ultrapassa os espaços escolares, no entanto, para essa pesquisa definimos o recorte da escola e a participação dos sujeitos do campo. Dessa forma questionamos: a construção dessa política considera os sujeitos do campo como protagonistas nesse processo? Essa construção pode ser caracterizada como uma experiência democrática de escola?

A investigação seguiu uma abordagem qualitativa e utilizou como instrumento a entrevista semi-estruturada com três pais e quatro mães de educandos de diferentes escolas do município. Para selecionar esses sujeitos utilizamos a amostra intencional, a partir da indicação dos educadores da escola daqueles pais e mães que efetivamente

² O território rural está dividido entre pequenos e médios produtores, além da aglomeração de moradores em forma de povoados. Mesmo os moradores dos povoados trabalham na agricultura e/ ou pecuária. Entre as principais culturas está o café e o leite. A cultura do café concentra a maior parte do trabalho entre os meses de junho a agosto, quando ocorre a colheita. Assim grande parte dos moradores dos povoados possui trabalho fixo apenas nessa época do ano.

participam da vida escolar dos filhos. A amostra intencional, segundo Thiollent (2008) consiste em selecionar um pequeno número de pessoas de forma intencional segundo a função e a relevância que possuem diante do tema pesquisado. Mais especificamente, são aquelas pessoas ou grupo de pessoas que apresentam uma representatividade social dentro da situação considerada no objeto de pesquisa. Esse princípio da intencionalidade é adequado ao contexto da pesquisa social com ênfase em aspectos qualitativos, onde nem todas as questões tem a mesma relevância.

A Construção da Política e a sua Institucionalização

Atualmente o Município de Miradouro conta com sete escolas municipais localizadas no campo. O Ensino Fundamental está organizado em nove anos e a Educação Infantil é atendida no campo apenas para crianças de quatro e cinco anos de idade. Dentre as escolas, quatro oferecem a Educação Infantil e o Ensino Fundamental Completo e três escolas oferecem a Educação Infantil e os cinco primeiros anos do Ensino Fundamental. Duas escolas funcionam em tempo integral³.

A política pública de Educação do Campo de Miradouro (MG) começou a ser construída no ano de 2005, quando a Secretaria Municipal de Educação (SME) participou de um evento, a nível estadual, sobre Educação Campo. A partir desse evento a secretaria resolveu organizar, juntamente com os educadores do município e representantes do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, um seminário sobre Educação do Campo. Isso levou a constituição de um projeto de formação continuada com os educadores do campo, para conscientizá-los da questão, bem como para problematizar as suas práticas.

Em seguida foi encaminhado a Secretaria Estadual de Educação (SEE)⁴ o pedido para ampliação de séries do Ensino Fundamental nas escolas do campo. Pois, apenas um povoado contava com a escola de Ensino Fundamental completo⁵. O Conselho Estadual de Educação (CEE) aprovou a ampliação de séries gradativamente. Ou seja, no primeiro

³ A Escola Maria Angélica (que atende os cinco primeiros anos do Ensino Fundamental) teve início o tempo integral em 2011, isso caracterizou a primeira escola de tempo integral localizada no campo no Brasil. Em 2012 a Escola Euclides da Cunha (Ensino Fundamental Completo) também iniciou como experiência o tempo integral.

⁴ A secretaria de educação de Miradouro não possui sistema próprio de ensino, por isso está vinculada ao Sistema Estadual de Educação.

⁵ As demais crianças e jovens frequentavam a escola localizada no centro do município, algumas percorriam diariamente com transporte escolar até 30 km de estrada de terra para chegar a escola. Outros desistiam dos estudos devido a distância.

ano de funcionamento (a partir de 2006) seria ampliada a quinta série (hoje sexto ano), e assim sucessivamente.

As Diretrizes Operacionais, Normas e Princípios para o Desenvolvimento de Políticas Públicas de Educação do Campo para o município de Miradouro foi aprovada em 2009 (Lei 1.241/ 26 de fevereiro de 2009). No Art. 3º desta Lei menciona que:

A identidade da escola do campo é definida pela sua vinculação às questões inerentes à sua realidade, ancorando-se na temporalidade e saberes próprios dos estudantes, na memória coletiva que sinaliza futuros, na rede de ciência e tecnologia disponível na sociedade e nos movimentos sociais em defesa de projetos que associem as soluções exigidas por essas questões à qualidade social da vida coletiva.

Nos artigos seguintes o Poder Público Municipal assume a responsabilidade de garantir a universalização da Educação Básica com a mesma atenção e qualidade independente da população residir em áreas urbanas ou rurais. Reconhece que o projeto institucional das escolas do campo é um trabalho coletivo que conta com o comprometimento da sociedade civil. Que a educação está vinculada a experiências e estudos direcionados para o mundo do trabalho, bem como para o desenvolvimento social, economicamente justo e ecologicamente sustentável.

A legislação garante o cumprimento da Lei de Diretrizes e Bases (LDB/ 1996) nos artigos que trata da diversidade do campo, sem prejuízo para o aprendizado. Garante a flexibilização da organização do calendário, e o controle social da qualidade da educação escolar, mediante a efetiva participação da comunidade do campo. Diz que as demandas provenientes dos movimentos sociais poderão subsidiar os componentes estruturantes das políticas educacionais. Além disso, é assegurada a gestão democrática, com participação da comunidade local, os movimentos sociais, órgãos normativos e demais setores da sociedade.

A lei também assegura que a Educação Infantil e os anos iniciais do Ensino Fundamental serão oferecidos nas próprias comunidades rurais, evitando assim os processos de nucleação de escolas e de deslocamento das crianças por trajetos longos. O deslocamento das crianças se dará apenas intracampo por transporte escolar. Assegura também as questões de infraestrutura de equipamentos, materiais didático-pedagógicos, bibliotecas, laboratórios e áreas de desporto e lazer. Levando em consideração a

realidade local e a diversidade dos povos do campo. Assim como a formação inicial e continuada dos professores adequada a Educação do Campo.

A legislação apresenta um avanço importante por garantir em lei a participação das comunidades rurais e os movimentos sociais na formulação das políticas. Além da gestão democrática que é uma conquista importante dos movimentos populares. Essa legislação significa uma garantia na continuidade dessas políticas, mesmo com mudanças de governo e posicionamentos políticos diferentes que possam existir no futuro. Ao mesmo tempo não se pode negar a vinculação que essa política local tem com a política educacional em nível mais amplo. Pois, é preciso considerar conforme Saviani (1999) que em nível nacional existe uma política educacional muito próxima a proposta de Estado neoliberal, que implica em racionalização de recursos e a lógica da produção dos resultados.

Entendemos que enfrentar as contradições sociais é um grande desafio para essa política, pois “a Educação do Campo inicia sua atuação a partir da radicalidade pedagógica dos Movimentos Sociais e entra no terreno movediço das Políticas Públicas” (CALDART, 2010, p. 105). As políticas públicas são um conjunto de ações resultantes do processo de institucionalização de demandas coletivas, constituído pela interação entre Estado e sociedade. Assim, as políticas públicas de Educação do Campo precisam garantir como um direito, o atendimento especial àqueles que são diferentes, mas não desiguais (FERNANDES; CERIOLI; CALDART, 2008).

Molina (2010) diz que têm ocorrido mudanças no conceito de Educação do Campo, tanto por parte das pesquisas acadêmicas como na formulação de políticas sociais. O caráter de construção coletiva a favor da escola e da educação precisa estar presente. Outro desafio são os órgãos governamentais, tanto estaduais como municipais que muitas vezes separam o campo da Educação do Campo. Principalmente distanciando o tema dos conflitos agrários da pauta das políticas. É importante considerar o campo como uma práxis social do camponês, que se manifesta na materialidade das suas condições de vida e reprodução social. Para a radicalização da democracia é preciso aparecer os conflitos, eles não podem ser simplesmente abafados. A construção e execução das políticas públicas não podem perder o vínculo com as lutas sociais.

A Educação do Campo não é uma modalidade de ensino, mas uma perspectiva de transformação social. Precisa ocorrer a ampliação da democratização do Estado e de toda a sociedade brasileira. A luta por políticas públicas não pode reduzir a

transformação social a restrição e as concessões do Estado burguês. Mas, é lutar pela não diminuição do espaço público. Pois, educação é um direito público e obrigação do Estado. Compreende-se o Estado como território de disputa, de conflito e contradição. (MOLINA, 2010).

Molina (2010) traz uma concepção de ampliação do Estado que é a somatória da sociedade civil e da sociedade política. Afirma que esse Estado não pode ser visto de reduzida, como mero espaço de poder da classe dominante. É preciso cada vez mais conquistar espaços públicos e democratizá-los. Pois a revolução social é precedida pela transformação da sociedade civil, que afirma sua resistência sobre a classe até então hegemônica. Por isso é urgente a superação das condições precárias do campo, de uma forma geral e não apenas nos espaços marcados pelos movimentos sociais.

Caldart (2010) diz que é preciso entrar na disputa por políticas públicas de Educação do Campo, inclusive no conteúdo dessas políticas. Pois, isso significa entrar em confronto com os interesses de uma classe social no espaço dominado pela outra classe. Mesmo que isso signifique riscos (até mesmo de cooptação), existe também a possibilidade de alargamento e compreensão desses sujeitos do que é a luta de classes (experiência). Assim como a importância de continuar acreditando na transformação mais radical da sociedade, ou seja, na superação do capitalismo.

Existem diversos desafios diante da burocratização do Estado, que reduz os sujeitos coletivos a “beneficiários” ou “público alvo” de programas e ações governamentais:

Por isso, é tão vital não se perder esse protagonismo, não se deixar enredar, como pesquisadores e militantes, nas dinâmicas armadilhas da institucionalização. Se lutou por ela, foi na perspectiva de criar as condições reais que materializassem o direito à educação para os sujeitos do campo, mas garantindo a forma e o conteúdo da oferta e da execução desses direitos. Está posto o desafio a todos os que historicamente têm se comprometido com a construção dessa bandeira: avançar para dentro do Estado, ter dezenas de universidades, prefeituras e governos estaduais executando Políticas Públicas de Educação do Campo, mas com os sujeitos do campo participando ativamente desse processo de construção, implementação e avaliação das políticas. (MOLINA, 2010, p.148).

Dessa forma podemos concluir que a participação popular é fundamental para avançar no exercício democrático e na construção da Educação do Campo. É preciso ainda enfrentar a burocratização do Estado e a racionalização dos recursos da educação. Munarim (2009) diz que a Educação do Campo encontra vários desafios diante de um

Estado burocratizado, que oferece recursos exíguos às suas políticas, por não ser uma prioridade dos setores que controlam o orçamento da União. O autor considera que a criação de uma Coordenação Geral de Educação do Campo na Estrutura do MEC, pode ser visto como um ponto de alcance das forças populares que cobram políticas democráticas de educação. Mas, deve ser também encarada como um ponto de partida em um árduo e longo caminho de transformação da máquina estatal. Considerando que essa máquina sempre esteve de costas para as aspirações dos grupos populares.

A Participação dos Sujeitos do Campo na Construção da Política Local

Como foi abordado acima são grandes os desafios para institucionalização da política de Educação do Campo, sobretudo relacionado à participação popular na implementação e execução das ações. Desse modo buscamos abordar as formas de participação das famílias dos educandos nas escolas municipais do campo.

Procuramos identificar a participação da família enquanto sujeito coletivo, como por exemplo, no Sindicato dos trabalhadores Rurais. No entanto, a participação dos pais ou mães aparece mais de forma individual, para resolver principalmente questões vinculadas à disciplina e aprendizagem escolar:

(...) vou em todas as reuniões (...), procuro saber o que ela estuda de manhã, se está tendo aula direitinho, a respeito de comida, tudo eu procuro saber, porque não é só mandar pra lá e falar que a responsabilidade é da escola a gente tem que procurar saber o que está acontecendo. (MÃE DE EDUCANDO D).

Quando tem reunião, se acontece alguma coisa de chamar a gente vai, mas mais quando tem reunião mesmo. (...) eles falam sobre nota de aluno, assim o que acontece, ela explica as coisas do jeito que é, passava as coisas dos alunos (...). (MÃE DE EDUCANDO C).

(...) eu gosto de estar participando pra saber como está a educação, como que está o comportamento. Eu acho isso muito fundamental pra uma mãe e pra um pai. (...) Eu sempre participo muito de reunião mesmo (...) eles mandam boletim pra gente (...) eu não gosto de perder, sempre eu vou. É onde a gente tem a liberdade de falar alguma coisa que sente, o que está acontecendo, sobre alguma coisa que acontece (...) aqui na escola é tudo tranquilo. (MÃE DE EDUCANDO A).

Percebemos uma participação ativa dos familiares na escola, existe um comprometimento e responsabilidade sobre a educação dos filhos. No entanto, essa participação é limitada às questões relacionadas a disciplina e aprendizagem escolar.

O Sindicato dos Trabalhadores Rurais aparece nas falas apenas como uma instituição que congrega os trabalhadores, que informa os direitos e que permite a organização enquanto classe trabalhadora:

O sindicato ele reúne as pessoas pra mostrar as leis, (...) os benefícios que o governo pode oferecer, e que às vezes as pessoas não sabem, então eles ficam alerta com isso. (PAI DE EDUCANDO A).

(...) eu participava muito das reuniões, tinha a escolinha, nesses lugares eu ia (...) eu lembro a escolinha que tinha aqui do sindicato, mas agora nunca não mais (...). (MÃE DE EDUCANDO D).

O sindicato, sujeito coletivo que representa a classe trabalhadora do campo, se caracteriza como uma entidade participante dessa política apenas através dos sujeitos isolados e não enquanto coletividade. Além disso, os membros dessa entidade não possuem uma frequência constante em reuniões ou mobilizações de classe, alguns mencionam participar apenas como filiados.

Alguns familiares ainda afirmaram participar do colegiado da escola. Esse colegiado está previsto no Regimento Escolar e assegura a participação de apenas dois pais ou mães dos educandos. Além disso, o presidente do colegiado é o próprio diretor da escola. Quanto a participação desses pais ou mães no colegiado ela nem sempre é constante, é mais frequente quando existe por exemplo a necessidade de prestação de contas dos gastos da escola para a comunidade escolar de uma forma geral:

É, quando tinha essas coisas, aí a gente estava sabendo (...) eu sabia, quando comprava as coisas chamava a gente lá, pra saber o que estava comprando. (MÃE DE EDUCANDO B).

(...) eu faço parte do colegiado, então como eu sou pai, sou também motorista de transporte, estou convivendo diretamente na escola. (PAI DE EDUCANDO A).

(...) elas fazem a prestação de contas de tudo que entra, o que sai, onde vai o dinheiro (...) tem muito pai interessado, sabe, são poucos que não vem, e sempre tem opinião deles também. O que eles querem que melhore, reclama o que está acontecendo, então sempre tem a opinião deles. (MÃE DE EDUCANDO D).

Atribuímos grande parte dessa participação dos sujeitos na escola à questões como a valorização que os mesmos dão a instituição escolar, bem como a compreensão de que a formação escolar é importante pra vida. Assim como, ao comparar a escola que vivenciaram na infância e a escola que atualmente está sendo oferecida aos seus filhos, existe um grande contraste e um avanço positivo:

Eu não tinha oportunidade de estudar, então assim, não podia estar indo, e agora é na porta (...) eu acho importante a escola, importante demais. (MÃE DE EDUCANDO B).

(...) a escola hoje em dia é fundamental (...) hoje em dia tem tudo dentro da escola, então eu acho que tudo que oferece a gente tem que procurar colocar (...) as nossas crianças no tempo integral, tem que fazer o esforço de colocar porque é muito bom. (MÃE DE EDUCANDO D).

(...) a criança precisa do estudo, então eu acho que é importante ter aula, hoje em dia tudo precisa de estudo (...) é quase que o principal, a pessoa tem que ter a formação. (MÃE DE EDUCANDO C).

Um dos avanços foi a ampliação do número de anos do Ensino Fundamental e o atendimento a Educação Infantil de quatro e cinco anos de idade nas escolas do campo. A escola de tempo integral também foi muito elogiada, pois traz atividades diferenciadas que auxiliam na aprendizagem dos educandos, tais como: informática, xadrez, taekondô, música e línguas estrangeiras. No entanto, essas atividades, a partir das entrevistas, foram uma proposta vinda da prefeitura e da secretaria de educação e não uma demanda das comunidades. Ainda assim, precisamos reconhecer que elas enriquecem a escola em termos de aprendizagem e socialização dos educandos.

Entendemos que a participação dos sujeitos precisa ser ampliada, pois, ela envolve questões como a necessidade de valorização das práticas e dos saberes dos sujeitos do campo, assim como depende da apropriação dessas experiências dos sujeitos pela escola para se constituir como Educação do Campo. Quando à apropriação dessas experiências trazemos os seguintes depoimentos:

Trabalho da roça valorizado na escola? É, as professoras até hoje, se (...) reclamam, eu não sei (...), agora também incentivar, elogiar também não, elas ficam neutras. (PAI DE EDUCANDO B).

(...) os professores hoje são mais preparados pra cuidar dos alunos, porque antigamente, assim dez anos atrás, a gente via professor gritando com aluno, e assim parece que os professores não eram

preparados, e hoje os professores são preparados, porque o próprio prefeito ele crio cursos para as professoras. (PAI DE EDUCANDO A).

(...) mas não é porque você mora na roça que você não vai ter estudo, você pode estudar e continuar na roça, porque o estudo, igual eu falei pros meninos, um dia mesmo, que tem muita coisa mesmo que você pode estar usando do seu estudo pra estar ajudando na roça. (MÃE DE EDUCANDO B).

Dessa forma os sujeitos têm consciência da importância do seu trabalho no campo, ao mesmo tempo sabem que nem sempre ele foi ou é valorizado pelo conhecimento escolar. Constitui-se um avanço a consciência do direito à educação e de que o estudo é importante também para aqueles que decidirem permanecer no campo.

Percebemos nas falas a gratidão e o reconhecimento de que algo foi feito pelas escolas do campo nos últimos anos nesse município. Entretanto, entendemos que a construção da Educação do Campo está além de garantir uma política pública benevolente que passe a olhar para o campo de outra forma. Mas, constitui-se em uma conquista dos trabalhadores e trabalhadoras do campo. Quando as pessoas percebem a importância da sua participação na construção de sua história estão aprendendo que governos não estão prestando favores ou sendo generosos ao atendê-los, mas que o mundo se transforma através do seu próprio trabalho:

A grande generosidade está em lutar para que, cada vez mais, estas mãos sejam de homens ou de povos, se estendam menos, em gestos de súplica. Súplica de humildes a poderosos. E se vão fazendo, cada vez mais, mãos humanas, que trabalhem e transformem o mundo. Este ensinamento e este aprendizado têm de partir, porém dos “condenados da terra”, dos oprimidos, dos esfarrapados do mundo e dos que com eles realmente se solidarizem. Lutando pela restauração de sua humanidade estarão, sejam homens ou povos, tentando a restauração da generosidade verdadeira. (FREIRE, 2002, p. 31).

Dessa forma o que antes era oprimido torna-se sujeito de sua própria história, que não é apenas sua, mas de toda a sociedade. E por isso, que a Educação do Campo não deve ser apenas uma política pública implantada pelas instâncias governamentais, mas uma construção coletiva dos sujeitos sociais do campo. Deve ser como nos lembra Freire (2002) desvestida da roupagem alienada e alienante, e que seja uma força de mudança e libertação.

Considerações Finais

Entendermos que ainda existe a necessidade de avançar na participação dos sujeitos na escola do campo, assim como a escola do campo precisa se apropriar e valorizar o conhecimento e a produção do conhecimento que se dá fora do ambiente escolar. Conhecimento este, que se produz no trabalho, no lazer, nas atividades sociais e no cotidiano familiar.

Por outro lado, a institucionalização da política municipal de Educação Campo legitimou um direito que há tempos fora negado a esses sujeitos, ou seja, de frequentar a escola no campo. Além disso, essa escola está mais preparada, mais equipada em recursos humanos e materiais. A partir dessa institucionalização, ao mesmo tempo em que é preciso avançar na participação, é importante reconhecer que ela dinamizou a escola por se tornar alvo de políticas.

Sobre as questões relacionadas a organização administrativa da escola e as questões pedagógicas a participação dos sujeitos pode ser caracterizada como uma consulta para aprovação ou reprovação daquilo que já está sendo posto como proposta pela equipe diretiva da escola. Dessa forma entendemos que existe participação dos familiares na vida escolar dos educandos, e isso se deve em grande parte pela localização da escola próxima às comunidades e povoados, bem como pela valorização que atribuem à instituição escolar. Por outro lado, essa participação precisa avançar no sentido de produzir uma experiência de construção coletiva de um projeto de escola e de Educação do Campo.

Referências Bibliográficas:

ARROYO, Miguel; CALDART, Roseli Salete; MOLINA, Mônica Castagna (Org.). **Por Uma Educação do Campo**. Petrópolis: Vozes, 2008.

CALDART, Roseli Salete. **Educação do Campo**: Notas para uma análise de percurso. In: MOLINA, Mônica Castagna. Educação do Campo e Pesquisa II Questões para reflexão. Brasília: MDA/ MEC, 2010. p. 103 – 126.

FERNANDES, Gabriel Mançano; CERIOLI, Paulo Ricardo; CALDART, Roseli Salete. **Primeira Conferência Nacional “Por uma Educação Básica do Campo”**. In: ARROYO, Miguel; CALDART, Roseli Salete; MOLINA, Mônica Castagna (Org.). Por Uma Educação do Campo. Petrópolis: Vozes, 2008.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 32 ed. Rio de Janeiro (RJ): Paz e Terra, 2002.

MOLINA, Mônica Castagna. **Reflexões Sobre o Significado do Protagonismo dos Movimentos Sociais na Construção de Políticas Públicas de Educação do Campo.** In: MOLINA, Mônica Castagna. Educação do Campo e Pesquisa II Questões para reflexão. Brasília: MDA/ MEC, 2010. p. 137 – 149.

MUNARIN, Antônio. **Elementos para uma Política Pública de Educação do Campo.** In: MOLINA, Mônica Castagna. Educação do Campo e Pesquisa: Questões para reflexão. Brasília: MDA, 2009. p. 15 – 26.

RIBEIRO, Marlene. **Movimento Camponês, Trabalho e Educação:** Liberdade, Autonomia, Emancipação: Princípios/ fins da formação humana. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

SAVIANI, Demerval. **Sistemas de Ensino e Planos de Educação:** O âmbito dos municípios. Educação e Sociedade. Ano XX, nº 69, Dezembro, 1999. P. 119-136.